

Guilherme Lobo Marchioni

AUTORITARISMO LÍQUIDO E ANTICORRUPÇÃO

medidas de exceção à espreita em discursos e normas
de combate à corrupção

SÃO PAULO

2024



CONTRACORRENTE

Copyright © EDITORA CONTRACORRENTE

Alameda Itu, 852 | 1º andar |

CEP 01421 002

www.loja-editoracontracorrente.com.br

contato@editoracontracorrente.com.br

EDITORES

Camila Almeida Janela Valim

Gustavo Marinho de Carvalho

Rafael Valim

Walfrido Warde

Silvio Almeida

EQUIPE EDITORIAL

COORDENAÇÃO DE PROJETO: Erick Facioli

REVISÃO: Carla Maria Carreiro

PREPARAÇÃO DE TEXTO E REVISÃO TÉCNICA: Amanda Dorth

DIAGRAMAÇÃO: Gisely Fernandes

CAPA: Maikon Nery

EQUIPE DE APOIO

Fabiana Celli

Carla Vasconcelos

Regina Gomes

Nathalia Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) **(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Marchioni, Guilherme Lobo

Autoritarismo líquido e anticorrupção: medidas de exceção à espreita em discursos e normas de combate à corrupção / Guilherme Lobo Marchioni. -- São Paulo : Editora Contracorrente, 2024.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5396-158-6

1. Anticorrupção - Leis e legislação

2. Autoritarismo 3. Democracia 4. Estado de Direito 5. Política - Brasil

I. Título.

23-182520

CDU-343(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Lei : Anticorrupção : Compliance :

Direito penal 343(81)

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

 @editoracontracorrente

 Editora Contracorrente

 @ContraEditora

 Editora Contracorrente

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	11
PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO I – AUTORITARISMO E ESTADO DE EXCEÇÃO	27
1.1 Desenvolvimento do Estado de Direito	27
1.2 Premissas para compreensão do autoritarismo	44
1.3 Formas políticas do autoritarismo	49
1.3.1 Populismo	49
1.3.2 Neoliberalismo	55
1.3.3 Estado de exceção	58
1.3.4 Legalidade extraordinária como realização do Estado Constitucional	62
1.4 Mito da concretização do Estado Democrático de Direito	66
1.5 Autoritarismo contemporâneo	70

1.5.1 <i>Dual State</i> em Ernst Fraenkel	77
1.5.2 Estado de exceção permanente em Walter Benjamin	80
1.5.3 <i>Homo sacer</i> e estado de exceção em Giorgio Agamben	81
1.5.4 Poder desconstituente em Luigi Ferrajoli	84
1.5.5 Os novos despotismos em Norberto Bobbio	87
1.5.6 Democracia de baixa intensidade em Boaventura de Sousa Santos	90
1.5.7 Perda do <i>common ground</i> em Ronald Dworkin	92
1.5.8 Subversão sub-reptícia da democracia em Adam Przeworski	96
1.5.9 Autoritarismo <i>cool</i> do século XXI em Eugenio Raúl Zaffaroni	101
1.5.10 Normalização do estado de exceção em Günter Frankenberg	103
1.5.11 Pós-democracia em Rubens Casara	105
1.5.12 Estados de exceção em Luis Manuel Fonseca Pires	109
1.6 Definição pelo termo “autoritarismo líquido”	112
1.7 Medidas de exceção no autoritarismo líquido	115
 CAPÍTULO II – LEI ANTICORRUPÇÃO	 123
2.1 Esboços do passado e do presente	123
2.2 Prolegômenos da crítica à lei anticorrupção	134
2.3 Do projeto de lei à norma anticorrupção brasileira	139
2.4 A (in)definição do significado de corrupção na legislação brasileira	145
2.5 Pressão internacional pelo combate à corrupção	147
2.6 Um olhar às normas anticorrupção internacionais	150
2.7 Entre a terminologia <i>compliance</i> e programa de integridade	155
2.8 Programa de integridade na lei anticorrupção	159

2.9 O necessário enfrentamento da corrupção	162
2.10 Cuidados com o combate à corrupção	166

CAPÍTULO III – A EXCEÇÃO À ESPREITA NAS FÓRMULAS ANTICORRUPÇÃO

171

3.1 O corrupto como inimigo da nação	171
3.2 O problema da hipernomia e vagueza conceitual	179
3.3 Perfil autoritário da responsabilidade objetiva na Lei Anticorrupção	192
3.4 A personalidade autoritária e discursos anticorrupção	214
3.5 Manipulação política da legislação em processos de exceção	222
3.6 Interpretações autoritárias do Direito anticorrupção como degeneração	227
3.7 Elementos autoritários na prática da Operação Lava Jato	238
3.7.1 Conduções coercitivas	241
3.7.2 Prisões para obtenção de confissões e acordos de delação	247
3.7.3 Restrição de recursos e <i>habeas corpus</i> em acordos de delação	256
3.7.4 Cumprimento de pena de prisão sem trânsito em julgado	260
3.7.5 Perseguição de advogados	266
3.7.6 Competência da justiça federal em casos eleitorais	273
3.7.7 O autoritarismo da operação nas conclusões do STF e da ONU	279

CONSIDERAÇÕES FINAIS: LIÇÕES APREENDIDAS

291

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

297